

Destaque

Canal Energia - 20/5/2005

Tributação: agentes levam à Câmara dos Deputados conjunto de propostas para desonerar setor

As 15 entidades fizeram sugestões para reduzir os impactos de impostos e tributos como ICMS, Pis/Confins, INSS e CCC, por exemplo
Gisele de Oliveira, da Agência CanalEnergia, Negócios

A reunião com deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados parece ter dado novo ânimo aos agentes do setor. Representantes de 15 associações do setor participaram esta semana de audiência pública na comissão para apresentar as distorções geradas pelos encargos e tributos no setor elétrico. No encontro, os deputados se mostraram favoráveis a discutir e resolver a questão, segundo informou **Cláudio Sales, presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica.**

"Tivemos uma recepção muito boa e o que entendemos é que a comissão poderá assumir um papel de liderança no Congresso, com a elaboração de medidas legislativas que resolvam o problema", disse. Durante a apresentação na comissão, o executivo destacou cinco tributos de maior impacto negativo no setor elétrico atualmente e sugeriu propostas para resolução desses itens. Um deles é a mudança na cobrança de PIS/Cofins.

Com a mudança, o imposto, um dos mais debatidos no setor elétrico atualmente, trará um impacto negativo de, pelo menos, 2% na tarifa de energia elétrica para o consumidor final. A proposta é que o setor elétrico seja desonerado dessa mudança. Outro tributo de grande impacto no setor é a cobrança da Conta de Consumo de Combustíveis para o sistema isolado. Nos últimos quatro anos, segundo Sales, a CCC teve um aumento de 400% nas tarifas.

"Só para ter uma idéia, em 2000, o valor da CCC era de R\$ 2,3 por MWh. Hoje, o preço é de R\$ 10,8 o MWh", comparou. Para este item, os agentes apresentaram propostas, como aprimoramento do sistema de controle de geração, com o efetivo controle do subsídio repassado para o sistema isolado; a criação de um mecanismo de incentivo para obtenção de máquinas mais eficientes; e reavaliação do preço do combustível para geração das térmicas.

Neste último caso, o executivo contou que 90% do combustível comprado para produção de energia elétrica pelas térmicas são provenientes da Petrobras. "Se fosse feita uma licitação internacional, esse preço seria mais barato do que é cobrado hoje. A nossa proposta é de que seja estabelecido um preço equivalente a de um licitação internacional", complementou.

Os agentes também se mostraram preocupados com a proposta do governo para instituir uma nova forma de cobrança de INSS. Atualmente, o tributo corresponde a uma média de 20% da folha de pagamento salarial. A mudança prevê que a cobrança passe a incidir em 2,6% sobre o faturamento das empresas, trazendo um aumento de 250% para o setor elétrico, se comparado com a cobrança

atual. Outro tributo que causa preocupação das empresas do setor é a proposta de unificação da alíquota de ICMS.

Pela proposta do governo, a criação de uma alíquota única poderá trazer um impacto de 5% na conta de luz. O prejuízo maior, segundo Sales, ficará com o consumidor de baixa renda, que terá um impacto negativo de 15% na tarifa de energia elétrica. A taxa de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica também está entre os encargos e tributos de maiores impactos para o setor.

A principal crítica dos agentes é o contingenciamento feito pelo governo. "A taxa é cobrada aos consumidores. De 2001 para cá, houve aumentos significativos no contingenciamento de recursos para Aneel. Nossa proposta é acabar com essa limite de repasse ou terminar a cobrança da taxa aos consumidores", sugeriu. Em 2001, quando começou o contingenciamento, 1% do que foi pago pelo consumidor foi retido pelo governo.

Em 2002, esse índice subiu para 36%. Em 2003, o contingenciamento foi de 57%, enquanto que no ano passado, o governo reteve 61% do volume total pago pelo consumidor. No total desses anos, R\$ 130 milhões deixaram de ser repassados para a Aneel. Além da CBIEE, participaram da audiência a ABCE, Abdib, Abiape, Abrace, Abraceel, Abradee, Abrage, Abragef, Abraget, Abrate, Amcham, Apine, APMPE e Fiesp.

Os assuntos levados aos deputados também farão parte do Fórum CBIEE - Tributos e Encargos no Setor Elétrico, que acontecerá no dia 7 de junho, no Rio de Janeiro. O fórum contará com presenças como a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff; o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy; os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA); o deputado federal Nicias Ribeiro (PSDB-PA); entre outros. Veja a programação completa do evento no site do fórum (www.ctee.com.br/cbiee).